

Índios enfrentam agora a exploração do arrendamento

Reportagem da Central do Interior, com texto final de Luiz Paulo Daudi

Denúncia é de antropóloga da Associação Nacional de Apoio ao Índio que estuda a Guarita

Tão logo encerrado na Holanda o IV Tribunal Russel, que julgou os crimes cometidos contra as populações nativas do mundo, Lígia Simonian — antropóloga da Fidene (Fundação para a Integração, Desenvolvimento e Ensino do Nordeste do Estado) e dirigente do Núcleo de Ijuí da Associação Nacional de Apoio ao Índio — divulga um documento com as conclusões do que tem observado no Toldo da Guarita, reserva indígena situada na região de Tenente Portela e Miraguai. No estudo ela lembra que se em 1978 centenas de famílias de pequenos agricultores foram expulsas das reservas e hoje são grandes fazendeiros que ocupam muitas parcelas daquela área, pagando arrendamentos que beneficiam exclusivamente as lideranças indígenas e seus protegidos, em detrimento da maioria dos nativos que, na área ainda explorada, continuam sofrendo os efeitos da miséria em que sobrevive.

Atualmente as "alianças" entre as lideranças indígenas e os produtores da região do Toldo da Guarita são apontadas como exemplo de um "bom relacionamento". "A nível externo — explica a antropóloga — estas alianças são feitas através de um contrato de arrendamento, instrumento jurídico definido como "termo de arrendamento". Já que segundo a legislação o indígena não tem capacidade plena. Este termo é realizado em escritório das cidades próximas pelo qual é paga uma taxa. Assinam o documento o indígena que arrenda a terra, o rendeiro e os testemunhas. Mas na prática, tais acordos devem ser "ratificados" pelo cacique que, para aprová-los, cobra uma taxa extra, cujo valor dependerá da importância do contrato. Ultimamente — conta a indígenista — o cacique ainda tem exigido um outro acordo, também pago, para que possa ser feita a colheita, fomentando a discórdia entre os contratantes". Lígia ainda observou que a cobrança a adiantada do arrendamento está se generalizando, e os possesores/arrendatários vêem isto como uma pressão dos indígenas e como uma forma de compensarem a superdesvalorização do cruzeiro, cujo mecanismo e importância as lideranças indígenas já teriam assimilado. Por outro lado, o cacique e seus auxiliares mais diretos são os que dispõem das porções mais significativas de terras, e das que mais se prestam à lavoura mecanizada, obtendo portanto, o maior valor do mercado no arrendamento. Com praxe, costumavam cobrar 30% da colheita pelo uso da terra, mas na atual safra, passaram a exigir o pagamento adiantado, na época do plantio, o que tem contrariado os produtores arrendatários.

O arrendamento iniciou através da Funai (Fundação Nacional do Índio) e do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e sempre era renovado quando os locatários cumpriam em dia com os pagamentos. Naquela época os colonos se sentiam seguros, uma vez que o contrato era feito não com o indígena, mas sim com seu tutor — órgão oficial — e muitos permaneceram na reserva por quase trinta anos. Mas após 1976 — quando os indígenas começaram a assumir a cobrança do arrendamento — os agricultores começaram a ser constantemente

ameaçados de perderem parte das glebas que ocupavam, segundo lembra a antropóloga. Ela menciona que foi nesta época que os indígenas — orientados pela liderança — "forjaram conflitos com seus arrendatários, o que permitia a cobrança de taxas extras e, na melhor das hipóteses, o abandono ou a expulsão do colono e a relocação das terras por um preço mais vantajoso. E todas estas novas situações impostas aos arrendatários têm transformado uma relação que antes era bastante estável em instável. "Lígia presenciou uma discussão em um bar na localidade de Irapuá, município de Miraguai, onde um dos arrendatários (linha contratado 50 hectares para um agricultor, que ao medir a gleba encontrou apenas 21 hectares. Como o colono exigisse mais terras que o indígena alegava não dispor este se dispôs a arcar com o pagamento de um novo "termo de arrendamento" para regularizar a situação. O agricultor insatisfeito, exigia a presença do cacique para se "acertarem". Ela também observou um outro colono, que dizia ter sido expropriado de suas condições de trabalho, pois perdera a totalidade das terras que arrendava, sem dispor de outras de sua propriedade como acontecia com o que discutia com o indígena.

Lígia Simonian esclarece que os indígenas sabem inclusive do caráter legal dos "termos de arrendamento", que não têm validade, e que os arrendatários são equiparados a simples posseiros. Por este motivo, muitas vezes tentam camuflar esta relação pára-jurídica, alegando que "os brancos trabalham para eles". No entanto, ela ressalta que na realidade apenas alguns poucos nativos mantêm pedes, normalmente mais explorados que os próprios indígenas dominados pela cacique e seus ajudantes.

Mas se as lideranças indígenas tentam camuflar o arrendamento, o mesmo não acontece com os colonos. Estes dizem abertamente, e é de domínio público, que arrendam terras no interior da reserva. Segundo a antropóloga, "os maiores arrendatários são identificados um a um: Calial, Schwantes, Scharneski, Roever, Gheller, Severo, entre tantos outros. Dentre eles, vereadores, pastores da Igreja Assembléica de Deus, prefeitos, secretários municipais, tanto moradores dos municípios limítrofes da reserva ou não, proprietários ou não, gente que fez capital na reserva, ou que só se aproveitou para aumentar seu poder aquisitivo".

A REPRESSÃO

O certo, segundo a indígenista, é que as lideranças indígenas estão aumentando suas roças, sendo que alguns chegam a dizer: "agora tenho carro, sou grunheiro". Ao mesmo tempo, os que não são beneficiados com estes privilégios relatam coisas bem diferentes: "meus filhos hoje estão no puxirão do I... (o nome é omitido para evitar represálias) e se não vão, eles o levam preso. O do F... (idem) quase foi preso, é muito rebelde o rapaz... Agora ele só que faz roça grande pra ele. Lembra de nós ele não lembra, que só temos um cantinho pra plantar. Ele não vê o ainda leva nossos filhos pra trabalhá pra ele". E quando os indígenas são informados que uma gleba será tomada dos seus arrendatários sequer

podem reivindicar uma redistribuição entre si próprios.

Conforme o relato de um deles à antropóloga, "a gente não pode levantar uma palavra dessas, não pode sortá uma palavra dessas, já tanto cansado de sofrê. E querê ir prá cadeia".

Lígia Simonian conta que estes "pobreziños", como costumam se identificar, os índios explorados, desenvolveram um certo nível de consciência, tanto das contradições explicitadas pelas ações do cacique e seu grupo, como também sabem de que a Funai não tem interesse em romper com a situação que ajudara a criar. Ela observou ainda que "a repressão imposta e o consequente medo tem inviabilizado qualquer tipo de organização contrária à dominação instalada na reserva pela liderança indígena, apoiada pelo órgão tutelar". Ela entende que "os Kaigang e Guarani de Guarita pagam um preço muito alto pela prosperidade de alguns regionais, os arrendatários e as receitas municipais, bem como da liderança indígena. São oprimidos, têm suas parcelas de terra reduzidas ou não podem ampliá-las, acabando forçados a trabalharem para a liderança, e sequer podem levantar a voz para denunciar os desmandos do cacique e seu grupo. Qualquer desobediência é severamente punida pela polícia indígena, a mando do cacique.

que. A "cadeia" constantemente utilizada, mais as condições de vida como um todo, impõem uma grande evasão de famílias que se instalam em cidades da região e passam a produzir cestaria — objetos de palha — para o comércio.

Outros trabalham como pedes diaristas, recebendo algumas vezes pequenas parcelas do plantio dos gêneros de primeira necessidade, como mandioca, batata doce e algum milho".

Diante destes fatos, a dirigente do núcleo de Ijuí da Associação Nacional de Apoio ao Índio considera "imperioso que se registre a presença de uma política indigenista que sempre esteve ao lado dos grandes interesses econômicos regionais, e não dos indígenas como um todo; de uma política que sempre procurou estimular as atividades individuais, a ascensão social individual entre os indígenas, buscando extinguir o que ainda mantinham de comunitarismo". Ela acusa as elites regionais de jamais terem se preocupado com o destino das populações indígenas, mas sempre voltadas às possibilidades de expropriação e exploração dos recursos florestais e da mão-de-obra dos mesmos. Lígia conta que existe uma incagação sempre presente no discurso regional: "por que o índio precisa de tanta terra?". A existência de "sobras de terra" na reserva é outro argumento sempre levantado — diz a antropóloga — "em especial pelo advogado João Gehler, que não poucas vezes tem proposto a divisão da reserva para distribuir parte dela entre os regionais. De certa forma — prossegue — este advogado além de arrendar terras dos indígenas pode ser visto como o "herdeiro" de Antônio Bresolin que, quando deputado estadual, exigira através de projeto de lei a

retaliação de áreas indígenas, dentre elas, a de Guarita.

A indígenista denuncia ainda que "Independente da exploração da madeira através da serraria que o SPI e depois a Funai mantinham na reserva, muitas toras têm sido "puxadas" clandestinamente da reserva e comercializadas pelas madeiras da região", fato que ela salienta ter recentemente motivado a ação de órgãos oficiais, cujo resultado parece ter sido benéfico, uma vez que esta prática diminuiu ou cessou. No entanto, as irregularidades acusadas por Lígia Simonian não ficam só aí. Ela diz que "não é raro os grunheiros das proximidades contratarem indígenas e depois mandá-los de volta à reserva sem o devido pagamento", e "os órgãos protetores em momento algum implementaram uma política de defesa real dos interesses indígenas. Assim agindo, criaram todas as condições para que um grupo minoritário assumisse o controle dos recursos comunitários, e inclusive da mão-de-obra indígena".





A miséria e o abandono estampados na face da nova e da velha gerações

Antropóloga culpa a Funai e pede providências

Diante de profundas degenerações nas relações indígenas, seria de esperar que os representantes dos órgãos oficiais responsáveis pela política indígena atuassem imediatamente. Mas não foi isso que aconteceu, segundo informa a antropóloga Lígia Simonian. Conforme seu relato, "apesar de ciente das relações de dominação e subordinação estabelecidas entre os próprios índios no interior da reserva, a Funai enquanto tutora, não tentou sequer impor uma ruptura". Assim, a indigenista diz que é levada a concluir que a proteção efetivamente fora feita aos interesses de granjeiros, de médicos proprietários, enfim, dos que detêm os recursos econômicos mais significativos na região. "Na realidade — relata Lígia — se no passado o SPI e a Funai estabeleceram alianças com tais produtores ou seus representantes na classe política, hoje são as próprias lideranças indígenas que assim procedem. Antes, todos os rendimentos provenientes de tais alianças revertiam aos cofres dos órgãos protetores ou, via corrupção, à apropriação individual por parte de funcionários alocados na reserva indígena ou inspetoria da Delegacia Regional. Hoje, é o cacique e demais líderes que se apropriam diretamente dos recursos que são obtidos através do arrendamento de parcelas da reserva".

E foi esse processo que levou à formação de categorias diversas dentro do Toldo da Guarita, onde enquanto as lideranças se encontram numa situação privilegiada, explica a antropóloga, "a grande maioria, para não dizer a maioria absoluta, se encontra em situação de miséria. A maior parte dos indígenas da reserva é manipulada pela liderança que, por sua vez, sofre a manipulação por parte da elite econômica e política regional. São por conseguinte, explorados em sua força de trabalho, em puxões compulsórios, sob ameaça de prisão, além de terem suas glebas de terras reduzidas, ficando impossibilitados de aumentarem suas roças. Os filhos, quando casam, são obrigados a ficarem com os pais, pois não há mais terra no interior da reserva para ser apropriada, do que se pode observar que eles estão pagando caro pelo fato de serem indígenas: vêm sendo explorados pela sociedade regional, pela sua liderança e pela própria Funai, que sequer aplica as disposições do Estatuto do Índio".

Mas por uma questão de justiça, Lígia Simonian faz questão de mencionar que na aldeia guarani de Gamelinhas — onde o capitão Valdomiro da Silva não entrou no esquema do cacique Alfaite — finalmente chegou uma ajuda aos indígenas, que recentemente receberam do Governo sementes, junta de bois e outros benefícios para melhoria de suas lavouras.

Os recursos da natureza ficam inacessíveis

"Os elementos que a própria natureza oferecia para que a comunidade nativa pudesse viver passaram de modo gradativo a ser controlados pelas frentes de expansão da sociedade brasileira que se instalaram nas proximidades de seu habitat na Guarita. Inicialmente eles perdem os campos para os criadores que avançaram a partir de Cruz Alta, quase que ao mesmo tempo em que a mata foi povoada por caboclos vinculados à extração do mate. E mais recentemente, acabaram cercados pela frente agrícola que se expande em decorrência da saturação da pequena propriedade fundiária e da rigidez do sistema fundiário brasileiro". Assim a antropóloga Lígia Simonian interpreta o surgimento daqueles fatores que foram as raízes da atual situação em que se encontram os indígenas daquela reserva.

Mas segundo a indigenista de Ijuí, será a partir da ocupação da região pela frente agrícola, baseada na pequena propriedade e produção — policultura — que os nativos serão mais violentamente inseridos na sociedade regional". Lígia afirma que "data desta época a revitalização da atividade protecionista e, como uma consequência disto, emerge um processo de aniquilamento dos recursos do habitat indígena, expresso na exploração intensa dos recursos florestais, além da introdução do arrendamento sob contrato. Este pode ser caracterizado como um momento crucial para os indígenas, pois terão que se moldar, que reorientar sua maneira de viver, quer no sentido econômico como social ou político-ideológico. A mata que antes se colocava como uma "válvula de escape será destruída".

A antropóloga relata que então "a ação protecionista vai se caracterizar pela brutalidade, isto é, seus tutelados serão submetidos inclusive com o uso da força. E de certa forma, a liderança indígena e os indígenas em geral incorporam esta experiência: os líderes assumindo uma posição de dominadores e respectivos papéis, não só reprimindo ideológica e politicamente, como também explorando a mão-de-obra dos demais, e apropriando suas condições de trabalho, em especial quanto à terra. Um contato íntimo e intenso entre esta liderança e agentes da proteção oficial — do SPI e da Funai — possibilitou aos integrantes da liderança um aprendizado pormenorizado dos mecanismos que permitiam a acumulação rápida e eficaz. Por outro lado, o povo, isto é, aqueles membros da comunidade indígena que não participavam dos altos escalões nem da corporação repressiva — a polícia indígena — têm aceito esta condição de subordinados, de dominados".



A alvíva raça transformada em pedinte

Os contrastes da sociedade de consumo presentes na Reserva

Índio rico, índio pobre e índio que está enriquecendo. Estes são alguns dos contrastes — habituais na sociedade de consumo — que agora passam a ser observados também entre a comunidade dos indígenas Kaingang e Guarani do Toldo da Guarita, onde no passado os nativos dispunham de uma alimentação farta, pois o meio ambiente era pródigo em caça, frutos, pesca e mel. Hoje, podem ser vistas nas pequenas cidades que circundam a reserva as lideranças indígenas, bem vestidas, passeando em carros particulares, e até mesmo com táxis na praça, ou ainda com imóveis e utensílios domésticos mais sofisticados, quanto não são encontradas em bares e restaurantes. Mas este "esbanjamento e fartura está nas mãos de apenas alguns dos nativos, pois a maioria deles é encontrada no interior da própria reserva, subnutrida e com as faces murchas, apenas a pele sobre os ossos, sempre à procura de um gapcho, contrastando com a robustez e a gordura dos membros das lideranças". O relato da antropóloga Lígia Simonian esclarece também que atualmente os líderes indígenas promovem "festas a base de carne assada e engradados de cerveja, enquanto os demais sofrem a falta do feijão, milho para a farinha, e até mesmo do remédio para as crianças. E segundo informações do hospital Santo Antônio, de Tenente Portela, semanalmente são internados indígenas, em sua maioria desnutridos, anêmicos, ou com complicações como pneumonia, infecções respiratórias, desidratação, verminoses e sarampo. Destes, os que aparentam gordura, na verdade

de apresentam inchaço motivado por vermes e outras diversas causas".

Para a antropóloga, "este é o resultado de uma política indigenista que sempre esteve ao lado dos grandes interesses econômicos regionais, e não ao lado dos indígenas como um todo. Esta é a consequência de uma política que procurou estimular as atividades individuais, a ascensão individual entre os indígenas, procurando extinguir o que ainda mantinham de comunitarismo". Um fato que ocorre justamente entre aquela comunidade que em outros tempos formou a chamada República Guarani, ainda hoje lembrada como exemplo de uma forma avançada de organização social, onde os indígenas, trabalhando em sistema coletivista, formaram uma colônia autônoma e auto-suficiente.

Lígia Simonian entende que o caso é resultado do "assalariamento de indígenas pela própria Funai, e antes pelo SPI, que engendrou o surgimento de uma "classe" de nativos que passam a se sobrepor a maioria. No caso específico da Guarita — conta a antropóloga — a maioria dos atuais líderes foram funcionários da Funai ou do SPI, quer como capatazes das granjas do DGPI (Departamento Geral do Patrimônio Indígena), quer como trabalhadores da serraria que mantinham na área ou em outros trabalhos. Pois a Funai e o SPI estão diretamente comprometidos com a instituição da polícia indígena, com suas arbitrariedades, muitas vezes exigidas pelos próprios agentes da proteção oficial".